

Universidade Federal do Pará  
Campus de Universitário de Ananindeua  
Faculdade de História.

**Jonas de Luca Trindade da Silva**

***“Paraenses! Cumpri Vosso Dever!”: as correspondências de Jornais do Pará e a mobilização para a Guerra contra o Paraguai em 1865.***

Artigo apresentado à Faculdade de História do Campus Universitário de Ananindeua, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em História. Orientador (a): Sueny Diana Oliveira de Souza

Ananindeua/2022.

*“Paraenses! Cumpri Vosso Dever!”*: as correspondências de Jornais do Pará e a mobilização para a Guerra contra o Paraguai em 1865.

#### RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo analisar como se deu a mobilização militar na província do Pará para a guerra contra o Paraguai. Assim, partindo da identificação e análise das correspondências trocadas entre jornais do Pará e periódicos de outras províncias como Maranhão e Pernambuco busca-se demonstrar como variados setores da sociedade paraense atuaram nas demandas da guerra, tanto no que diz respeito a arregimentação de pessoal como é o caso do recrutamento militar e voluntariado, quanto a questões como o oferecimento de diversos “donativos” pelos sujeitos. Além disso, através da instrumentalização das fontes reunidas, argumenta-se que as mobilizações civis e militares na província do Pará ganharam divulgação no circuito de propaganda da imprensa e influenciaram na mobilização nacional no contexto de “fervor patriótico”.

**Palavras-Chave:** Correspondências de jornais. Mobilização. Província do Pará. Guerra do Paraguai.

## INTRODUÇÃO.

Conhecida em território nacional e internacional pela proporção tomada enquanto conflito armado no continente americano, a Guerra contra o Paraguai foi a terceira maior contenda militar ocorrida na América, só sendo superada pelos conflitos ocorridos na Guerra de Secessão dos Estados Unidos e a Revolução Mexicana (ROJAS, 2015, p. 43). Este conflito foi deflagrado devido as instabilidades políticas que existiam na região do Prata, inclusive a partir de forte e marcante conflito político uruguaio, principalmente de facções locais, apoiadas pelo Brasil e Argentina que sobrepujaram o poder dos aliados políticos do Paraguai na região em agosto de 1864 (BEATTIE, 2009, p. 74).

Em resposta a posição intervencionista do Império na faixa Oriental, o Paraguai entregou um ultimato ao Brasil, no qual declarava que qualquer intervenção militar na zona violaria o princípio do “equilíbrio entre os Estados” na região do rio da Prata. Com isso, após o Império ignorar a ameaça e desembarcar suas tropas em Montevideú, o Paraguai aprisionou o vapor brasileiro “Marques de Olinda” e deu início as intervenções militares na região do Mato Grosso (IZECKSON, 2002, p. 32).

Com o início do conflito, o governo brasileiro buscou imediatamente fortalecer o seu contingente militar abolindo os Corpos Fixos ou de Guarnição e os integrando aos corpos de linha, convocando a Guarda Nacional e chamando a sociedade civil para os “socorros” da pátria (BARROSO, 1999, p. 73). Dadas as dimensões, o conflito entre o Brasil e o Paraguai foi a contenda militar responsável pela mobilização de cerca de 135 mil soldados brasileiros, dos quais 59 mil pertenciam à Guarda Nacional e 55 mil aos Corpos de Voluntários da Pátria, sujeitos que foram integrados às forças militares de diversas maneiras, práticas, e sob variadas condições e circunstâncias ao longo dos cinco anos de conflito. Diante desse contexto, imediatamente a vida de boa parte dos brasileiros, homens e mulheres de todas as regiões do país, foi afetada de forma direta ou indireta pelo conflito (CARVALHO, 2019, p. 265).

Portanto, por ter adquirido tais proporções, torna-se imperativo considerar que a Amazônia não ficou isolada deste contexto e contribuiu com as demandas da Guerra. Diante desse entendimento, o presente trabalho tem como objetivo entender como se deu a mobilização no Pará para o conflito, sobretudo porque no momento inicial da guerra as forças militares do Brasil se encontravam em número desigual comprado às forças paraguaias havendo, portanto, a necessidade de aumentar o efetivo militar do Brasil.

Para isso, partindo do entendimento de que este evento ganhou forte cobertura jornalística na América do Sul (DE PAULA, 2015, p. 437), este trabalho reflete acerca do papel que as correspondências de jornais tiveram na Guerra, dado que, uma vez publicadas, a circulação das notícias das mobilizações militares não apenas servia para informar os sujeitos sobre as mobilizações militares no Brasil, mas serviam também para demonstrar o caráter coletivo do conflito em que diversos sujeitos deveriam aderir à defesa da “nação” ofendida. Nesse sentido, através de um intenso trabalho, os periódicos de jornais do Brasil buscaram construir um sentimento nacional.

Assim, este texto encontra-se dividido em quatro partes mais considerações finais. Na primeira parte, busca-se apresentar algumas considerações acerca do papel desempenhado pela imprensa na guerra; na segunda parte, busca-se apresentar a chegada das notícias do conflito em Belém e a atmosfera na cidade; na terceira parte, busca-se apresentar o circuito de comunicação da imprensa neste período e sua influência da mobilização militar no Pará; e na quarta parte, apresenta-se as diversas contribuições feitas pelos cidadãos civis com a causa da guerra.

Por fim, vale ressaltar que a opção em trabalhar com as correspondências de jornais se dá pelo fato de não ter sido localizado nos arquivos consultados edições de jornais do Pará no período estudado nesta pesquisa. Deste modo, tendo conhecimento do trabalho da imprensa no contexto, em termos metodológicos, este trabalho busca lançar olhares sobre as trocas de informações mantidas entre os periódicos.

#### A IMPRENSA E SEU PAPEL NA GUERRA.

Pelo fato do império possuir um contingente militar inferior ao efetivo paraguaio no início do conflito platino, a mobilização coletiva e o recrutamento militar de homens para compor as companhias militares se fez necessária. Nesse contexto, organizar um Exército profissional era um passo fundamental para a vitória militar (SALLES, 1990, p.42). Com isso, o governo brasileiro buscou criar uma série de estratégias para que este objetivo fosse alcançado, promulgou decretos convocando a Guarda Nacional para os serviços das armas<sup>1</sup>, e chamou a sociedade civil para os socorros da pátria onde ofereceu uma série de “regalias” para os voluntários como benefícios monetários e terras nas colônias militares ou agrícolas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Decreto nº 3.383 de 21 de janeiro de 1865. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Legislação informatizada. Consultado em: 22 de março de 2022.

<sup>2</sup> Decreto 3.371 de 7 de janeiro de 1865. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Consultado em: 22 de março de 2022.

Combinado a esses decretos, o fato do Paraguai ter invadido o território brasileiro sem antes ter feito uma declaração formal de guerra ao governo fez com que surgisse na população brasileira um sentimento de revolta grande, haja vista o fato ter sido encarado como um insulto a pátria (IZECKSON, 2001, p.87). Diante do ataque, imediatamente todas as províncias do império começaram a incentivar e mobilizar seus cidadãos a entrarem no serviço militar e isso só foi possível graças aos trabalhos dos jornais.

Ao longo do território nacional, a imprensa brasileira passou a exercer um papel fundamental no que toca o trabalho de convencer a sociedade a ajudar nos esforços da guerra. Baseando-se em intensa propaganda, os jornais buscaram criar uma imagem positiva para o serviço militar, valorizando os sentimentos de coragem e honra do voluntariado, além dos discursos de cunho nacionalista proferidos junto das notícias da guerra. (ARAUJO, 2009, p. 131).

Neste contexto, o trabalho dos jornais no Brasil se consistiu em torno da divulgação das principais notícias dos acontecimentos ocorridos nos campos de batalha a partir de resumos informativos produzidos com as informações colhidas dos jornais do Sul, transcrições de artigos, bem como a publicação das informações prestadas pelos correspondentes de guerra. Para tanto, através da divulgação de notícias e intensa propaganda buscou-se construir uma opinião pública favorável à guerra no Brasil. Assim, através destes trabalhos logo no início do conflito a província do Piauí pôde enviar para os campos de batalha cerca de 4 companhias militares, sendo duas delas apenas de voluntários da Pátria (ARAUJO, 2009, p. 86).

As características do voluntariado no contexto em questão não diferiam muito do contexto nacional, pois, os indivíduos que constituíam esses contingentes, em grande parte, eram os sujeitos que provinham de uma juventude estudantil conjuntamente com membros da Guarda Nacional, intelectuais e artista, e demais militares dos corpos de polícia (ARAUJO, 2009, p. 89). De todo modo, não foram somente esses sujeitos que compuseram as companhias militares que foram lutar na guerra pois, os indivíduos menos abastados, dentre eles os cidadãos mais pobres, quando não recrutados a força, também buscaram se alistar nos contingentes para a guerra. Muitos deles não só motivados pelos sentimentos comuns de nação que estavam sendo forjados pela imprensa, mas sim por acreditarem nos benefícios e recompensas que viriam a receber com o término do conflito que haviam sido prometidos pelo governo imperial.

Além do que vinha acontecendo no Piauí, em províncias como o Maranhão o trabalho da imprensa na arregimentação e formação dos batalhões militares também fora de suma

importância para o aumento dos efetivos militares (ARAÚJO, 2005, p. 59). De acordo com o autor, a imprensa maranhense trabalhou paralelamente com o governo imperial e provincial no sentido de criar uma ideia de unidade nacional para a luta contra um inimigo internacional. No Maranhão, utilizando-se dos veículos de comunicação com sua propaganda e seus elementos informativos, o governo buscou construir uma opinião pública a seu favor, numa verdadeira “preparação psicológica de corações e mentes”, questões que contribuíram com fortalecimento na identidade nacional e do patriotismo (ARAÚJO, 2005, p. 53).

Através da divulgação dos eventos da guerra, de episódios do passado militar brasileiro ou até mesmo da desumanização do “Outro”, feita através das charges, das caricaturas e gravuras contidas na imprensa ilustrada paraguaia (PIRES JUNIOR, 2015, p. 108) os discursos presentes nos jornais nesse período buscavam construir uma comunidade imaginada, e utilizaram de diferentes estratégias para se lograr tal objetivo.

Como reflexo do trabalho da imprensa, assim como no restante do país, no maranhão também houve uma onda de voluntariado nos primeiros momentos do conflito contra o Paraguai. O entusiasmo na população maranhense foi grande e ainda no mês de fevereiro de 1865 o presidente da província Ambrozio Leitão da Cunha mandou suspender o recrutamento forçado dos indivíduos, pois, apenas com os contingentes espontâneos dos voluntários já se supria as demandas da corte. Com isso, o primeiro batalhão a ser organizado na província do maranhão contou com a contribuição de voluntários civis e voluntários militares contabilizando um montante de 382 sujeitos (ARAÚJO, 2005, p. 75-76)

Para além da divulgação das notícias das mobilizações militares ocorridas na própria província do maranhão, jornais como *O publicador Maranhense* ainda buscaram publicar em suas edições notícias das mobilizações militares ocorridas nas demais províncias do império. Assim, ao analisar algumas edições desse jornal é possível notar uma série de informações a respeito da Guerra platina e dentre elas é possível colher informações sobre as mobilizações ocorridas no Pará.

Esse tipo de diálogo é possível graças ao próprio contexto da guerra, dado que o mesmo possibilitou que o circuito de comunicação da imprensa no império crescesse, uma vez que as demandas da guerra, tais como a massa de sujeitos envolvidos, os recursos despendidos, a troca de correspondências entre os jornais, os editores, os correspondentes de guerra etc., exigiram uma maior organização e logística de deslocamento de pessoal e coisas (DE PAULA, 2015, p. 437). Assim, apesar das redes de comunicação dos jornais existirem antes do conflito, o

contexto de guerra e o aumento das viagens marítimas feitas pelos navios para buscar soldados fez com que laços e redes de sociabilidade que ligavam proprietários dos jornais, editores e correspondentes se fortalecesse (DE PAULA, 2015, p 437).

Deste modo, as notícias das mobilizações militares exercidas nas províncias puderam ganhar ampla divulgação e, como mostrado a seguir, as correspondências de jornais do Pará ganharam circulação interprovincial e tiveram um importante papel no contexto nacional, uma vez que serviram não somente para informar os demais brasileiros a respeito das mobilizações militares ocorridas na Província do Pará, mas que foram utilizadas também como ferramenta para demonstrar o caráter nacional da campanha militar.

#### A CHEGADA DAS PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA GUERRA NA PROVÍNCIA DO PARÁ.

Apesar de manter distâncias territoriais consideráveis em relação a Corte imperial, as notícias do conflito em que o Brasil estava envolvido chegaram na província do Pará, como indica as fontes consultadas, por volta do mês de janeiro de 1865. O contato entre as autoridades do governo local e a Corte se deram através de circularas trocadas entre o Ministério dos Negócios da Guerra e a Secretaria da Presidência da Província.

Na primeira circular encontrada, o Ministério da Guerra informou ao governo da província do Pará que devido as circunstâncias extraordinárias da guerra até aquele momento algumas províncias já haviam oferecido seus Corpos de Polícia para ajudar no aumento do contingente do exército e, caso fosse de interesse do governo da província do Pará, a Corte desde aquele momento aceitava o oferecimento voluntário do Corpo de Polícia do Pará e o Ministério da Guerra ficaria encarregado de indenizar os cofres públicos pelos eventuais gastos que se fizessem necessários com a organização, aumento e o envio do Corpo de Polícia<sup>3</sup>.

Como é possível constatar, no momento inicial do conflito a notícia da guerra chegou ao Pará, mas essa mensagem não veio carregada com a narrativa de que essa província deveria obrigatoriamente contribuir com as demandas da guerra e oferecer seus corpos militares para a atuação no front. O tom sugestivo dessa mensagem pode ser explicado pelo fato de que no restante do país estava acontecendo um “fervor patriótico” devido a publicação do decreto lei do dia 7 de janeiro de 1865 que criou os corpos de voluntários da pátria e ofereceu benefícios

---

<sup>3</sup> Circular de 19 de Janeiro de 1865. APEP. Fundo da Secretaria de Presidente de Província, parte encadernada, Códice 1390.

monetários e outras recompensas aos cidadãos que se voluntariassem para lutar no conflito (IZECKSON, 2001, p. 87).

Com a publicação desse decreto, vários brasileiros passaram a se alistar como voluntários da pátria nos batalhões militares, configurando um sentimento de satisfação nas autoridades responsáveis pelo recrutamento, fato que refletiu na suspensão do recrutamento forçado em várias cidades, inclusive em Belém.

Entretanto, o tom sugestivo da mensagem enviada pelo Ministério dos Negócios da Guerra mudou no dia 22 de janeiro, momento no qual esse ministério ordenou que a província do Pará fizesse embarcar com direção ao Rio de Janeiro toda a força de linha e mais os primeiros voluntários da pátria existente no Pará<sup>4</sup>. Assim, a partir dessas primeiras orientações do Ministério da Guerra, a Assembleia Legislativa Provincial realizou reuniões para melhor proceder em relação a ocasião, dando início os primeiros trabalhos de mobilização militar no Pará para a guerra platina.

Neste contexto, ao analisar as correspondências de jornais enviadas do Pará para os jornais das províncias vizinhas, sugere-se que no Pará havia um sentimento de expectativa com a chegada das notícias da Guerra travada no sul do país e o atraso na chegada dos navios correios ao porto de Belém fazia crescer um clima de tensão e ansiedade entre os indivíduos, devido à situação delicada de invasão das fronteiras do sul. Como foi o caso do atraso na chegada do vapor *Paraná* em fevereiro de 1865, que durante a viagem ao Pará teve uma peça da embarcação danificada, fator que retardou a chegada desse navio à Belém em cerca de dois dias<sup>5</sup>.

De todo modo, clima de tensão pela demora de quase dois dias de atraso na chegada do vapor *Paraná* ao porto da cidade foi revestido logo em seguida em “grande regozijo pelas agradáveis notícias” da tomada de Paysandu e da defesa do forte Coimbra na fronteira do Mato Grosso. No dia da chegada do vapor *Paraná* ao porto da Capital, os jornais de Belém trataram de divulgar resumos dos principais acontecimentos desses dois feitos militares para os paraenses ficarem inteirados das vitórias que os soldados do Brasil logravam no sul do país e demais acontecimentos militares.

---

<sup>4</sup> Circular de 22 de janeiro de 1865. APEP. Fundo da Secretaria de Presidente de Província, parte encadernada, Códice 1390.

<sup>5</sup> Jornal Diário de Pernambuco, 24 de fevereiro de 1865. p. 1.

A escassez de fontes de jornais no Pará durante o ano de 1865<sup>6</sup> dão algumas limitações no que concerne a construção de uma análise mais minuciosa a respeito da atuação da imprensa paraense nos assuntos da guerra. Como analisar o papel que cada veículo de comunicação desempenhou na mobilização para a guerra, os conflitos de interesses entre os diferentes jornais, as divergências partidárias existentes em relação ao recrutamento, entre outras problemáticas.

Questões que permitiriam tecer micro análises, para por exemplo entender quais os grupos políticos estavam por trás dos jornais, o que permitiria entender melhor quem era a imprensa atuante no Pará no período estudado. Por exemplo, a correspondência contida na edição do *Jornal Diário de Pernambuco*<sup>7</sup> sugere que houve conflitos de interesse no que toca o recrutamento militar nesse momento inicial no Pará. Assim, embora o recrutamento forçado tenha sido suspenso em Belém em março de 1865, como indica a correspondência contida nessa edição do jornal, houve “gritaria da oposição” do governo sobre o recrutamento forçado.

Entretanto, a análise das correspondências dos jornais permite burlar esse empecilho e conhecer um pouco como se deram as mobilizações militares no Pará para a guerra no contexto estudado, embora de maneira não tão detalhada como as questões expostas acima. Assim, levando em consideração o número de correspondências encontradas na pesquisa, é possível considerar que a imprensa paraense esteve presente de forma ativa no processo de mobilização militar praticado na província do Pará e que atuou no circuito de comunicação do império, pois as notícias enviadas do Pará serviram de exemplos a serem seguidos pelas demais províncias do império, haja vista que tais notícias eram publicadas geralmente nas primeiras páginas dos jornais aqui trabalhados e apareciam ao lado de informações sobre a arregimentação militar das demais províncias, de resumos informativos dos campos de batalha e de informações sobre o expediente do governo.

## AS CORRESPONDÊNCIAS DOS JORNAIS DO PARÁ E A MOBILIZAÇÃO MILITAR PARA A GUERRA.

Sobre o trabalho da imprensa do Pará na guerra, em um pequeno ensaio, o historiador Ernesto Cruz teceu um breve comentário a respeito dos trabalhos que veículos de comunicação do Pará desenvolveram no contexto, sobretudo durante a chegada das notícias da vitória de Riachuelo (CRUZ, 1952, p.181). Segundo o autor, no dia posterior a chegada do vapor *Paraná*

---

<sup>6</sup> Na Biblioteca Pública Arthur Viana, setor de microfimes, e na hemeroteca digital brasileira não há disponível para consulta edições de jornais do Pará no ano de 1865, por este motivo optou-se por trabalhar com as correspondências aqui reunidas.

<sup>7</sup> Diário de Pernambuco, 23 de março de 1865. p. 2.

às águas da baía do Guajará, alguns jornais do Pará trataram de preparar a divulgação das correspondências da Corte conjuntamente com as notícias da vitória da esquadra imperial brasileira da batalha de Riachuelo (CRUZ, 1952, p.181).

A publicação dessas notícias, acompanhadas de comentários dos editores dos jornais ou dos próprios correspondentes de guerra, em muitos casos exaltava os trabalhos que estavam sendo feitos nas províncias no que toca a mobilização militar e buscava informar a população das tensões políticas/militares na bacia do Prata, além de encorajar os sujeitos a aderir as demandas da guerra. De acordo com Ernesto Cruz (1952, p. 181), na ocasião da chegada do navio *Paraná* ao porto de Belém, ainda é dito que a transmissão das informações sobre a guerra se iniciava antes mesmo dos jornais começarem a preparar a publicação das notícias e correspondências enviadas ao Pará, dado que havia uma cultura de transmissão oral estabelecida entre os sujeitos daquela época.

Sobre essa questão, para além das considerações de Ernesto Cruz, na correspondência contida na edição do jornal *Publicador Maranhense*<sup>8</sup>, é dito que no momento da chegada do navio *Oyapock* ao porto de Belém a transmissão das notícias da guerra aconteceu logo de imediato, uma vez que os sujeitos presentes no porto buscavam conversar com os passageiros e tripulantes deste navio, ansiosos para saber das notícias do conflito. Com isso, é possível considerar que se estabeleciam conversas paralelas entre os tripulantes dos navios, os passageiros e a população em geral nas ruas da cidade, no porto, nos bares, mercados, nos locais de lazer e sociabilidade construídos fora da vida a bordo etc., fazendo com que as notícias da guerra chegassem aos mais variados sujeitos.

Nas ocasiões de chegada e partida dos navios correios ou de guerra, a capital da cidade entrava em atmosfera de festejo. No dia 9 de fevereiro de 1865, após a chegada do navio *Paraná* no porto da cidade, alguns jornais de Belém trataram logo de divulgar em resumos os principais acontecimentos do conflito militar de Paysandu e de Coimbra, e pela parte da noite alguns pontos cidade se iluminaram. E foi realizada logo depois uma manifestação pública onde o presidente da província, Couto de Magalhães, acompanhado da presença “de bastante povo no largo do palácio” por volta das sete horas da noite, fez uma proclamação pública “sob gritos de viva e sons de músicas marciais”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Publicador Maranhense, 4 de abril de 1865. p. 2.

<sup>9</sup> Diário de Pernambuco, 24 de fevereiro de 1865. p. 1.

Em consonância a correspondência acima citada, a pesquisa identificou alguns documentos que demonstram a prisão de marinheiros da Esquadra Imperial, dos navios correios e demais sujeitos, por infringirem as posturas municipais de embriagues e desordem ou por andarem vagando fora de hora pelas ruas da cidade de Belém, como é o caso das prisões dos marinheiros da canhoneira *Ibicuhy*, Bernardo Antonio, Manoel Felipe e Olimpio Francisco<sup>10</sup>. O que permite presumir que, para além das trocas de informações no momento de chegada dos navios ao porto, o cenário do cotidiano urbano noturno de Belém nos primeiros meses da guerra era agitado, provavelmente por conta das cerimônias e demais festejos organizados nos momentos de embarque das tropas, da chegada de notícias do sul ou por conta dos treinamentos e desfiles dos batalhões militares pela cidade que adentravam a noite. Ocasões que permitiram diversas trocas de informações sobre a guerra.

Através das conversas trocadas entre os indivíduos nas ruas, no porto, nos bares, ou demais espaços ocupados pelos sujeitos de condição civil livre ou não, as notícias da guerra puderam ser disseminadas entre os indivíduos em Belém e nas regiões dos interiores. Fato que contribuiu para o convencimento da população à auxiliar nas demandas da guerra nesses meses iniciais do conflito, uma vez que nesses espaços não só havia a transmissão dos acontecimentos ocorridos nos campos de batalha. Mas também é possível considerar que havia o compartilhamento de informações e debate a respeito dos benefícios monetários e demais vantagens oferecidas pelo governo para os voluntários que fossem defender o país, como as terras nas colônias militares, soldo etc., contexto que provavelmente explica o alistamento voluntário de Miguel José dos Santos e João Pedro de Alcântara, que, mesmo aleijados, respectivamente, de um braço e uma perna vieram de da localidade de Gurupá para Belém para se alistarem como Voluntários da Pátria<sup>11</sup>.

Sobre este caso, é possível considerar que o contexto de transmissão de informações acima exposto foi uma das causas que levaram as notícias da guerra para Gurupá, dado que o porto de Belém é marcado historicamente pelo intenso trânsito de sujeitos e de entrada e saída de embarcações de pequeno e grande porte. Fato que fazia com que as notícias da guerra não fossem assuntos de competência apenas dos militares ou da sociedade civil letrada, mas que

---

<sup>10</sup> Ofício do Quartel de Polícia do Pará, 14 de abril de 1865. APEP. Fundo da Secretaria da Presidência da província, parte avulsa, caixa 279.

<sup>11</sup>Relação dos Voluntários vindos para alistamento no Corpo de Polícia. Ofício do quartel do Corpo de Polícia do Pará, 16 de fevereiro de 1865. APEP, Fundo da Secretaria da Presidência da Província, parte avulsa, caixa 279.

também fosse um assunto comum de discussão entre os sujeitos pobres que não sabiam ler as informações contidas nas páginas dos jornais.

Em leitura feita nos jornais das províncias do Maranhão e Pernambuco, a procura de correspondências enviadas pela imprensa paraense, é possível notar que as notícias das mobilizações militares, quando publicadas nas páginas de jornais dessas províncias, em muitos casos, vinham seguidas de comentários ufanistas quanto a convocação da população local para aderir aos “socorros da pátria”. Os episódios eram representados na imprensa de forma grandiosa e patriótica, até aquele momento, o império brasileiro nunca havia se envolvido em uma contenda militar desse tamanho.

Assim, publicar na primeira página dos periódicos esse tipo de notícia, seguida de comentários dos editores dos jornais ou dos próprios correspondentes, incentivava grande parte dos sujeitos a se voluntariarem para a luta, ou pelo menos, essa parece ter sido a intenção. O tom apelativo das publicações buscava tocar o leitor e os encorajar a contribuir com as demandas da guerra, seja se voluntariando, doando pecúlio para ajudar nas despesas da guerra ou demais donativos patrióticos.

Com isso, organizar uma cerimônia pública na capital, com festejos e “gritos de vivas”, e posteriormente narrar esses acontecimentos e compartilhar com as provinciais vizinhas, à época, se mostrou como uma proveitosa ferramenta de incentivo ao alistamento militar, pois a vida militar não era vista com bons olhos pela população haja vista os baixos rendimentos, as longas horas de serviço e os constantes castigos físicos que os militares sofriam, deste modo, havia a necessidade de se criar uma nova imagem para este trabalho (KRAAY, 1999, p. 131) e a propaganda das “regalias” prometidas no final da guerra, bem como a divulgação positiva das primeiras vitórias militares fez com que alguns sujeitos aderissem as companhias militares.

Além disso, informar a comunidade local a respeito dos acontecimentos do restante do país ajudava a construir a ideia de uma guerra coletiva em que todo o país deveria contribuir. E uma resposta negativa à ajuda militar traria uma pena moral e vergonhosa para o futuro daquela sociedade. Inclusive, na correspondência contida no *Jornal Diário de Pernambuco*<sup>12</sup> aparece essa questão, uma vez que no discurso proferido por Couto de Magalhães há a preocupação de como os paraenses seriam lembrados na história nacional após o término do conflito caso não aderissem aos esforços nacionais, ficando o seguinte questionamento para o público que o

---

<sup>12</sup> Diário de Pernambuco, 24 de fevereiro de 1865. p. 1.

ouvira: “quando os cidadãos, reunidos nos seios de suas famílias, recordarem entre si os feitos d’armas, só o Paraense é que não ha de ser contemplado nessas narrações gloriosas?”.

Como é possível inferir, as correspondências publicadas nos periódicos se muniam de ferramentas que tinham por objetivo tocar e persuadir os leitores de seus jornais. Apesar de ser um discurso produzido para ser transmitido aos paraenses em cerimônia pública, transcrevê-la e divulgá-la em Pernambuco servia não só para informar os pernambucanos a respeito dos trabalhos que a província do Pará vinha desenvolvendo em prol da guerra, mas servia também para encorajar os sujeitos a se alistarem nos Corpos de Voluntários como estava acontecendo com os paraenses no norte do império.

Assim como os variados empregados públicos do Estado, os redatores de folhas locais não raras vezes se constituíam como agentes da centralização do poder imperial ao difundirem os valores e as ordens do governo atuando sobretudo na dissolução de “localismos” (MATTOS, 1987, p. 213). Nesse sentido, os festejos em relação a chegada das notícias da guerra ao Pará, bem como as cerimônias de envio dos corpos militares paraenses ao Sul, foram narrados nas páginas de jornais como *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *Publicador Maranhense* e serviam como exemplos de adesão nacional.

No jornal *Diário de Pernambuco*<sup>13</sup>, por exemplo, foi publicada uma correspondência enviada de Belém, que informava que no dia 9 de fevereiro, por volta das 7 horas da noite havia-se juntado no largo do palácio do governo em cerimônia pública “bastante povo” em consequência de uma manifestação em comemoração às chegadas das novas notícias da guerra em Belém e o embarque do 3º Batalhão de Artilharia a Pé em direção ao sul. Nessa ocasião, “entre gritos de viva e música marciais” em terra e nas embarcações estacionadas na orla da cidade, o presidente Couto de Magalhães discursou para os paraenses presentes na ocasião<sup>14</sup>.

No discurso proferido aos paraenses presentes na cerimônia, fica clara a intensão de Couto de Magalhães em situar a província do Pará no contexto nacional da tensão militar que o país estava envolvido. Em seu discurso, ele buscou aguçar o sentimento de bravura dos paraenses, ao ressaltar que o caráter dos brasileiros não era o de covardia e deu ênfase ao poder que o Brasil vinha mostrando até aquele momento na guerra, pois, decorrido pouco mais de um mês do anúncio do conflito, as tropas brasileiras no front já haviam tomado Paysandu e estavam na expectativa de outras vitórias rápidas.

---

<sup>13</sup> Diário de Pernambuco, 24 de fevereiro de 1865. p. 1.

<sup>14</sup> Diário de Pernambuco, 24 de fevereiro de 1865. p. 1.

De acordo com Couto de Magalhães, no cenário internacional as potências estrangeiras estavam assistindo como expectadoras os esforços militares dos brasileiros na guerra. E nos territórios do Paraguai o nome brasileiro era pronunciado com respeito pelos inimigos. Esses últimos elementos narrados em seu discurso deixam claro um ponto importante a respeito dos significados que o fenômeno da guerra possuía no naquele contexto, que dizia respeito a afirmar a superioridade de uma nação sob a outra. Ou seja, apesar de ter sido surpreendido com a invasão do seu território sem uma declaração formal de guerra, o país havia rapidamente conseguido aumentar o seu contingente miliar e posicionar os “soldados brasileiros em ordem de marcha em frente as muralhas de Coimbra”.

A ênfase dada pelo presidente da província ao apresentar o Brasil como uma nação superior ao Paraguai mostra o caráter persuasivo de sua mensagem. Proclamar publicamente tais palavras no momento da chegada das notícias da vitória na batalha de Paysandu e do embarque da primeira tropa paraense destinada a guerra, servia como fator encorajador para gerar nos outros sujeitos a ação de se alistar nas fileiras do Exército, Guarda Nacional ou nos batalhões de Voluntários da Pátria naquele momento.

Ademais, outro jornal que publicou correspondências sobre este mesmo episódio foi o *Publicador Maranhense*<sup>15</sup>. De acordo com esse periódico, as notícias da vitória do Brasil na Batalha de Paysandu foram recebidas na capital paraense com bastante festejo. Ainda no mês de fevereiro de 1865, mais de 80 voluntários da pátria já haviam se apresentado e encontravam-se aquartelados no corpo de polícia, que inclusive também havia se oferecido espontaneamente para marchar em direção ao Sul.

De acordo com a lei provincial de Nº 458<sup>16</sup>, o corpo de polícia do Pará, para o ano de 1865 havia previsto um contingente de praças num montante de 276 policiais, distribuídos pela capital e nas regiões dos interiores. Entretanto, com o anúncio do conflito contra o Paraguai, a Assembleia Legislativa autorizou o aumento deste efetivo militar e o Presidente Couto de Magalhães sancionou a Lei Nº 477 de 25 de fevereiro de 1865<sup>17</sup>, que autorizou o aumento do contingente militar do Corpo de Caçadores de Polícia em até mil praças. Além disso, ainda neste mesmo documento, este corpo militar foi renomeado e passou a ser chamado de Corpo

---

<sup>15</sup> Publicador Maranhense, 16 de fevereiro de 1865. p. 1.

<sup>16</sup> Carta Lei Nº 458, janeiro de 1865. APEP. Fundo da Secretaria de Presidência da Província, parte encadernada. Códice nº 1377.

<sup>17</sup> Carta Lei Nº 477, janeiro de 1865. APEP. Fundo da Secretaria de Presidência da Província, parte encadernada. Códice nº 1377.

Paraense de Voluntários da Pátria e recebeu a quantia de cem contos de réis para o pagamento de suas despesas como fardamento e armamento.

Ademais, ainda segundo essa mesma edição do jornal, além do Corpo de Caçadores de Polícia, a província do Pará também ofereceu à Corte o 2º Batalhão de Caçadores da Guarda Nacional, tendo o presidente Couto de Magalhães ficado com a responsabilidade de transmitir ao Rio de Janeiro a vontade deste batalhão. Além disso, é exposto que a troca de correspondências nesse circuito de comunicação não foi feito apenas pelos jornais do Pará, uma vez que notícias das mobilizações militares na província do Amazonas também estavam presentes nas páginas deste jornal.

Com isso, tornou-se igualmente importante tanto a chegada de notícias quanto a saída das correspondências dos jornais no contexto em questão, o que leva a considerar que a imprensa paraense atuou no circuito de comunicação da Imprensa Brasileira para a Guerra contra o Paraguai. Assim, era importante por exemplo divulgar às demais províncias as cerimônias de embarques das tropas como foi o caso do embarque do 3º Batalhão de Artilharia a Pé do Pará e dos sujeitos que se voluntariavam, pois, os demais cidadãos brasileiros podiam ter exemplos a serem seguidos.

#### AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E AS DIFERENTES CONTRIBUIÇÕES PARA A GUERRA

Para além das informações dos efetivos dos batalhões militares organizados, é interessante considerar que a sociedade civil também mobilizou esforços em prol da guerra que inclusive foram divulgados nos jornais. Nesse sentido, a edição do *Diário de Pernambuco*<sup>18</sup> do dia 8 de março, ao transcrever em detalhes as notícias retiradas do *Jornal do Amazonas*, ainda sobre o embarque do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, relata que na ocasião de embarque o oficialato da Guarda Nacional do Pará se reuniu conjuntamente com os empregados públicos, civis e militares, no palácio do governo e de lá saíram em caminhada em direção ao quartel deste batalhão para se encontrar com o presidente da província, o chefe de polícia e o comandante superior da Guarda Nacional da cidade.

Ao chegarem ao batalhão, as autoridades viram o artista português Costa Lima distribuir a todos os presentes na ocasião uma poesia na qual escreveu e dedicou em homenagem aos militares paraenses que tinham se oferecido para defender a pátria. Terminado este momento, o presidente da província saudou o oficialato presente na ocasião e recebeu saudações da “massa

---

<sup>18</sup> Diário de Pernambuco, 8 de março de 1865. p. 2.

do povo” que se encontrava presente em frente ao quartel. E em seguida o 3º Batalhão de Artilharia iniciou uma marcha pelas ruas da cidade em direção ao porto para o embarque no vapor que o levaria para o sul.

É interessante de se observar nesta correspondência, que na ocasião de embarque desta companhia militar, os operários da Companhia de Navegação do Amazonas marcharam a frente dos militares do 3º batalhão de Artilharia durante todo o percurso da cerimônia de embarque, percorrendo a zona portuária de Belém pela travessa de Pelourinho e ruas da Boa vista e Imperador, “sendo saudados calorosamente durante todo o trajeto e recebendo de muitas janelas grande porção de flores”, episódio que demonstra que a guerra em seus meses iniciais era assunto da competência dos civis e dos militares, onde ambos participaram das cerimoniais públicas e auxiliavam nas demandas necessárias do contexto.

Após percorrer este trajeto, os militares do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, chegaram à ponte da Companhia do Amazonas e embarcaram nos Vapores Explorador e Tabatinga, que foram oferecidos gratuitamente pelo cidadão Pimenta Bueno para o deslocamento das tropas até o vapor *Paraná*. Assim, ao deixarem a ponte de embarque, segundo esta correspondência do Jornal, cerca de 10 mil pessoas aplaudiam aquele acontecimento que foi festejado com músicas marciais e aclamações em saudação aos “Bravos leões do Norte” que estavam saindo em defesa da pátria.

Depois do embarque do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, de acordo com outra correspondência publicada no *Jornal Diário de Pernambuco*<sup>19</sup> as mobilizações militares no Pará continuaram e ainda no início do mês de março no porto de Belém foram embarcados para a guerra o contingente do 5º Batalhão de Fuzileiros do Maranhão que se encontrava estacionado em Belém e mais os corpos Fixo de Artilharia e Infantaria do Amazonas e o 11º Batalhão de Infantaria do Pará, contando ao todo 800 praças.

Assim, por volta das 11 horas da manhã do dia 13 de março, este contingente se reuniu em ordem de marcha no Largo de Pedro 2º e desfilou pela travessa dos Mirandas, seguindo pela rua de Santo Antonio, Capela das Mercês e rua Belém até chegar à ponte da Companhia do Amazonas e embarcar nos Vapores Manaus, Tabatinga e Explorador que levaram esse contingente até o Vapor *Apa*, que se encontrava ancorado na baía com destino aos campos de guerra.

---

<sup>19</sup> Diário de Pernambuco, de 23 de março 1865. p. 2.

Além desses embarques, no dia 28 de março de 1865<sup>20</sup> a província do Pará ainda enviou a bordo do vapor *Oyapock* o primeiro Corpo Paraense de Voluntários da Pátria que até aquele momento se encontrava estacionado em Belém a espera de armamentos para posteriormente ser enviado para guerra. Assim como nas outras ocasiões, o embarque do 1º Corpo Paraense de Voluntários da Pátria se deu sob atmosfera de festejo na cidade, a correspondência desta edição do jornal comenta que as ruas de Belém se encontravam “apinhadas de gente”, com cerca de 15 mil paraenses presentes na despedida dos cerca de 500 voluntários da pátria.

Este Corpo de Voluntários foi organizado em 5 companhias militares das quais a 1ª contava com um total de 111 sujeitos, a 2ª com 101, a 3ª com 94, a 4ª com 98 e a 5ª com 77 militares respectivamente<sup>21</sup>. A documentação encontrada registrou o nome, a patente e a naturalidade de cada sujeito embarcado no dia 28 de março de 1865. A lista é extensa e conta com ricas informações, sobretudo no que concerne as naturalidades desses sujeitos.

Em sua maioria, os voluntários embarcados são paraenses, porém, na listagem há indivíduos naturais de outras províncias também, que provavelmente migraram para o Pará para trabalhar na economia da goma elástica que tomou ascensão na década de 1860 ou estavam de passagem pela cidade por algum outro motivo. A documentação consultada permite analisar que no Corpo Paraense de Voluntários da Pátria do Pará havia indivíduos da cidade, sujeitos naturais de variadas regiões da Ilha do Marajó, da capitania de São José de Macapá, Santarém, Bragança, Colares, Vigia, Benfica, Béjo, Cametá, Abaeté, Itaituba, Curuçá, Muaná, Melgaço, Porto de Móz, Acará etc.

Ademais, na correspondência do dia 8 de abril de 1865<sup>22</sup>, passados alguns dias após o embarque do 1º Corpo Paraense de Voluntários da Pátria, o correspondente informou aos leitores do Jornal *Diário de Pernambuco* que os trabalhos de arregimentação de pessoal no Pará continuavam. Sendo assim, o governo provincial ordenou a formação imediata do 2º Corpo Paraense de Voluntários da Pátria. Consta nesse documento, para além das informações a respeito da formação dos batalhões militares em si, dois fatos interessantes de serem levados em consideração, que demonstra o envolvimento social de alguns setores daquela sociedade com a guerra.

---

<sup>20</sup> Diário de Pernambuco, 8 de abril de 1865. p. 1.

<sup>21</sup> Relação Nominal dos Oficiais, Oficiais Inferiores, Cabos, Soldados e recrutas do Corpo Paraense de Voluntários da Pátria, que seguiram para a Corte a 28 de março de 1865. APEP, Fundo da Secretaria da Presidência da Província, parte avulsa, caixa 279.

<sup>22</sup> Diário de Pernambuco, 18 de abril de 1865. p. 1.

Como mostrado anteriormente, nos momentos de deslocamento das tropas militares até os vapores de guerra, alguns navios comerciais foram disponibilizados de forma voluntária pelos comerciantes da praça da capital. Para além deste auxílio, os comerciantes da praça do comércio de Belém ainda abriram uma subscrição para arrecadar dinheiro para os auxílios nas emergências da Guerra, que contava com um montante arrecado de 9:150\$000<sup>23</sup>, apesar da situação da praça do comércio não se encontrar em boas situações, como dito na correspondência do *Jornal Publicador Maranhense*<sup>24</sup> sendo esse um dos motivos relatados na correspondência para explicar o pouco interesse dos comerciantes em contribuir com a guerra.

Assim como os comerciantes, outros cidadãos e funcionários públicos também contribuíram com as demandas da guerra oferecendo partes de seus vencimentos, ou demais donativos patrióticos, como foi o caso do juiz de Direito da 2ª Vara criminal da Capital, João Caetano Lisboa<sup>25</sup>, dos empregados da Alfandega que doaram 10% de seus ordenados e demais sujeitos, como é possível notar na relação dos Donativos patriótico feitos ao Estado entre janeiro de 1865 e abril de 1866<sup>26</sup>.

Como é possível notar na documentação consultada, para além dos funcionários públicos, autoridades cíveis e militares, algumas Casas Comerciais também reservaram uma parte de seus rendimentos para doar em favor dos esforços da Guerra. Nesse sentido, é possível notar no documento cima mencionado o oferecimento de donativos imolados por parte de Casas Comerciais como a Barata Paiva & Cia, James Bishof & Cia, Manoel José de Carvalho & Cia e Miguel José Raiol & Cia. E contribuições de sujeitos de famílias ilustres no Pará, como é o caso de Joaquim Francisco de Araújo Danim e José de Araújo Roza Danim.

Além disso, Couto de Magalhães doou à subscrição dos comerciantes uma quantia de um conto de réis para presentear com uma espada o Comandante do 2º Corpo Paraense de Voluntários da Pátria, Guarda Mor da Alfandega, Coronel José Luiz da Gama e Silva, de acordo com o jornal *Publicador Maranhense*<sup>27</sup>.

Ademais, algumas senhoras paraenses ainda cotizaram uma quantia superior a um conto de réis para mandar bordar uma bandeira nacional que deveria ser oferecida também para o 2º

---

<sup>23</sup>Ofício do Ministério dos Negócios da Guerra do Rio de Janeiro, 19 de maio de 1865. APEP. Fundo da Secretaria de Presidência da Província, parte encadernada. Códice 1390.

<sup>24</sup> *Publicador Maranhense*, 4 de abril de 1865. p. 2.

<sup>25</sup> APEP. Fundo da Secretaria da Presidência da Província, parte encadernada. Códice 1380.

<sup>26</sup> Brasil. Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra. Ano 1866. Balanço fiscal feito por Brasileiro Cesar Petra de Barros, Secretário Fiscal de Estado dos Negócios da Guerra. P. 148-190.

<sup>27</sup> *Publicador Maranhense*, 24 de julho de 1865. p. 2.

Corpo Paraense de Voluntários da Pátria no momento de seu embarque ao sul<sup>28</sup>. Além dessa cota, a pesquisa ainda identificou a participação de outras mulheres paraenses nos esforços para guerra, com a organização de uma associação de socorros que tinha por objetivo arrecadar dinheiro para o auxílio das famílias dos combatentes que morressem nos conflitos<sup>29</sup>.

Além desses sujeitos, a pesquisa ainda identificou o oferecimento voluntário dos estudantes do Colégio Paraense para marchar em direção a guerra<sup>30</sup>, e também a participação eclesiástica nos assuntos militares, uma vez que foram realizadas missas aos militares que estavam saindo em defesa da pátria, fato que demonstra uma dimensão simbólica de cuidado espiritual dos combatentes. Com isso, no domingo do dia 11 de abril de 1865, a diocese de Belém recebeu para abençoar em missa pública o Batalhão do 2º Corpo Paraense de Voluntários da Pátria e o Corpo Provisório de Artilharia<sup>31</sup>. Após esta cerimônia, no dia 23 do mesmo mês, na igreja das Mercês, ocorreu a benção da bandeira oficial do Corpo Provisório de artilharia, como relatado no jornal *Diário de Pernambuco*<sup>32</sup>.

Contudo, os auxílios religiosos não se resumiram somente a missas públicas para dar bênçãos aos combatentes, mas também se deram com questões de infraestrutura como foi o caso do oferecimento do terreno e da estrutura da Fazenda Pernambuco, que a época era propriedade do Convento do Carmo, para a instalação de um ponto de recrutamento nessa propriedade. Assim, de acordo com o *Jornal do Recife*<sup>33</sup> no mês de fevereiro de 1865 o reverendo Fr. Manoel da Natividade Azevedo, disponibilizou o terreno, a estrutura e os escravos desta propriedade para os trabalhos de carga e descarga de materiais bélicos e demais utensílios das tropas militares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de haver todas essas informações descritas nas correspondências de jornais do Pará identificados na pesquisa, é importante ressaltar que todo texto é produzido a partir de um espaço específico e é munido de intenções e objetivos diferentes que dependem de seus autores, portanto, um mesmo evento pode ser lido e representado de formas diferentes pelos sujeitos (CHARTIER, 1991, p. 178). Nesse sentido, é possível notar que os autores dessas correspondências tinham por objetivo representar as mobilizações ocorridas no Pará de forma

---

<sup>28</sup> Diário de Pernambuco, 18 de abril de 1865. p. 1.

<sup>29</sup> Publicador Maranhense, 16 de fevereiro de 1865. p. 1.

<sup>30</sup> Diário de Pernambuco, 18 de abril de 1865. p. 1.

<sup>31</sup> Diário de Pernambuco, 9 de maio de 1865. p. 1.

<sup>32</sup> Diário de Pernambuco, 11 de agosto de 1865. p. 1.

<sup>33</sup> Jornal do Recife, 3 de fevereiro de 1865. p. 1.

positiva, representando-a de forma voluntária e patriótica onde diversos indivíduos da sociedade buscaram contribuir.

Deste modo, como discutido até esse momento, é possível constatar que as correspondências das mobilizações militares do Pará tiveram importância nesse contexto, uma vez que se tornaram notícias e foram publicados nas primeiras páginas dos jornais aqui trabalhados. Com isso, serviram não só para informar os demais brasileiros acerca dos serviços militares empregados na Província do Pará, mas também foram divulgados para que os demais brasileiros tivessem exemplos a serem seguidos e, tomados então pelo sentimento de patriotismo, fossem se alistar nas companhias do Exército, Guarda Nacional ou Corpos de Voluntários da Pátria.

Como demonstrado ao longo destas páginas, o processo de mobilização de pessoal no Pará para a Guerra contra o Paraguai durante o ano de 1865 contou com a participação de diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, diferentes sujeitos buscaram contribuir com aquele evento, seja se voluntariando, oferecendo donativos patrióticos, realizando missas, acumulando pecúlio, fazendo poesias etc., ou mesmo divulgando as notícias do conflito na imprensa do Pará e na imprensa de outras províncias. Sendo assim, estas mobilizações ganharam divulgação em diferentes periódicos e serviram tanto para informar os paraenses a respeito dos principais acontecimentos nos campos de batalha quanto para informar os demais brasileiros acerca dos esforços que seus irmãos de pátria vinham fazendo para defender o Brasil dos ataques do Paraguai. Assim, vê-se que as correspondências contidas nos periódicos de jornais oferecerem um interessante caminho para se conhecer e compreender um pouco sobre os acontecimentos na sociedade nos tempos da guerra.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Johny Santana de. **BRAVOS DO PIAUÍ! ORGULHAI-VOS. SOIS DOS MAIS BRAVOS BATALHÕES DO IMPÉRIO: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866.** 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós Graduação em História Social.

\_\_\_\_\_. **“UM GRANDE DEVER NOS CHAMA”:** A arregimentação de voluntários para a Guerra do Paraguai no Maranhão (1865 – 1866). 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. 2ª Edição. Vol. 49. Porto Alegre: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1999.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: exército, honra e nação no Brasil, 1864-1870**/ Peter M Beattie; tradução de Fábio Duarte Joly. – São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1º ed., 2019.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Revista Estudos Avançados n, 11 (5). 1991. p. 173-191.

CRUZ, Ernesto. **A Batalha de Riachuelo**. In: Procissão dos séculos: vultos e outros episódios da história do Pará. Belém, s.n. 1952.

DE PAULA, Edgley Pereira. **A Imprensa vai à Guerra do Paraguai**. In. Uma tragédia Americana: a Guerra do sob Novos Olhares. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

IZECKSON, Vitor. **O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército**. Rio de Janeiro, E-papers Serviços Editoriais LTDA, 2002. 4BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. 2ª Edição. Série 5ª – Brasiliana – Vol. 49. Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Resistencia ao recrutamento para Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº27, 2001. P, 84-109.

KRAAY, Hendrick. **Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial**. Diálogos, DH/UEM, v. 3, n. 3: p.113-151.

MATTOS, Ilmar Robloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo, editora HUCITEC, 1987.

PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. **A imprensa em guerra: o imaginário e as identidades produzidas nas caricaturas da imprensa ilustrada brasileira e paraguaia durante a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História (IH).

ROJAS, Eduardo Hirohito Nakayana. **Causas de la Guerra de la Triple Alianza: vision de um investigador paraguayo**; In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando

Veloso Gomes (Orgs). Uma Tragédia Americana: A guerra do Paraguai sob novos olhares. – 1.ed. Curitiba: Editora Prisma, 2015.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai. Escravidão e Cidadania na formação do Exército.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.